

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.432 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 2002



Rocha anunciou que pretende apresentar relatório ainda este mês

Relator quer votar cotas para negros neste semestre

PÁGINA 2

Senadores debatem reflexo da crise argentina

A situação da Argentina depois do pacote econômico anunciado pelo governo do presidente Eduardo Duhalde é analisada pelos senadores Roberto Requião, Jefferson Péres, José Fogaça, Lúcio Alcântara e Gerson Camata. Eles comentam também eventuais riscos do Brasil diante da crise do país integrante do Mercosul.

PÁGINA 4



Com seu projeto, Ademir Andrade quer tornar mais rígidas as regras do estágio

Novas regras para estágio entram na pauta da Educação

PÁGINA 2



Quando a Comissão de Justiça decidir-se sobre as emendas apresentadas em Plenário, o projeto estará pronto para entrar na Ordem do Dia

CCJ analisará emendas à limitação de armas de fogo

Comissão de Justiça do Senado deverá apreciar, logo após a retomada dos trabalhos legislativos, as alterações propostas no Plenário do Senado ao projeto de lei, que já recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

PÁGINA 3

Comissão examina cadastro de usuário de celular pré-pago

PÁGINA 3

Simon e Suplicy destacam Fórum Social Mundial

Um dos palestrantes do evento, o senador Pedro Simon afirmou que é preciso reconhecer e respeitar o trabalho realizado em Porto Alegre em busca de “um mundo melhor”. O senador Eduardo Suplicy também apontou entre os participantes do evento “uma enorme vontade de conseguir um mundo melhor, que tenha justiça, fraternidade e ética”.

PÁGINA 2



Simon: participantes do fórum elaboram documento que represente média dos pensamentos



Suplicy registrou homenagem ao povo argentino, que enfrenta momentos de muitas dificuldades

Simon ressalta discussões do Fórum Social Mundial

É preciso reconhecer o trabalho realizado durante o encontro, que “reuniu o mundo todo para discutir a paz e um mundo melhor”, disse

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) participou como palestrante do II Fórum Social Mundial, que termina hoje em Porto Alegre (RS), e destacou ontem que é preciso reconhecer e respeitar o trabalho realizado. “Nunca se imaginou Porto Alegre com tanto destaque”, disse, informando que o jornal francês

Le Monde publicou, na semana passada, matéria de capa com foto e oito páginas internas so-



Segundo Pedro Simon, “nunca se imaginou Porto Alegre com tanto destaque”

bre o encontro.

Ao salientar a importância da iniciativa, Simon disse que, ape-

sar de o Partido dos Trabalhadores “estar fazendo proselitismo” com o evento, é preciso dar crédito ao Fórum, que “reuniu o mundo todo para discutir a paz, um mundo melhor e a segurança mundial”.

Simon informou ainda que os participantes do Fórum Social estão tentando elaborar documento final que represente a média do pensamento dominante no evento, “sem se perderem em utopias, mantendo-se presos à realidade”. O II Fórum Social Mundial começou no último dia 31.

Suplicy destaca solidariedade à Argentina

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem que centenas de argentinos compareceram ao II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS), e receberam a solidariedade dos participantes, principalmente dos brasileiros, para que o país vizinho “tome decisões so-



Eduardo Suplicy: Fórum Mundial reuniu 50 mil pessoas vindas de vários países

reuniu 50 mil pessoas vindas de vários países. Todos com enorme

beranas e de acordo com a vontade de seu povo”. Para o senador, o Fórum Social esteve aberto a todos os tipos de manifestações e ideais, entre eles a preocupação com a situação da Argentina.

— Foi um encontro formidável que reuniu 50 mil pessoas vindas de vários países. Todos com enorme

vontade de conseguir um mundo melhor, que tenha justiça, fraternidade, ética — disse Suplicy.

Segundo o senador, houve inúmeras proposições e contestação à situação atual nas palestras e em manifestações de música, teatro e passeatas.

Na opinião de Suplicy, ao voltarem para suas casas ao término do Fórum Social, os participantes se darão conta do “novo vigor e energia resultantes da renovação de esperanças” promovida pelo evento.

Patrocínio quer proibir imagem erótica em caderno

O material didático destinado às crianças e aos adolescentes não poderá conter ilustrações ou imagens eróticas se projeto do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) for aprovado. A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa. A proibição deverá ser incluída no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo o senador, o uso abu-

sivo de figuras eróticas no material escolar, principalmente nas capas dos cadernos, preocupa pais e educadores. Ele afirma que as influências negativas desse material não se limitam ao processo de aprendizagem, que, diz, fica comprometido pelo desvio da atenção do aluno para as ilustrações ou imagens.

— A utilização desregrada de artistas em poses sensuais ou de seus

corpos desnudos pode ter reflexos também no desenvolvimento afetivo e moral de nossas crianças e adolescentes — afirmou Carlos Patrocínio.

O senador destacou que a exaltação de figuras perfeitas e erotizadas estabelece um ideal estético para o corpo humano que está longe de se harmonizar com a imagem corporal da maioria dos adolescentes.

Rocha defende aprovação rápida de cotas para negros

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou que vai empenhar-se para ver aprovados, ainda neste semestre, o projeto de lei que estabelece cotas para negros no serviço público e nas universidades e o que regulamenta o uso médico das próteses de silicone.



Sebastião Rocha deve apresentar ainda em fevereiro parecer ao projeto

O parlamentar é relator das duas propostas.

Sebastião Rocha afirmou que deverá apresentar, ainda em fevereiro, o relatório sobre o projeto que estabelece cotas para negros. A proposta está em tramita-

ção na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposição é de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP).

O senador disse ainda que lutará para que seja votado, em Plenário, o substitutivo que apresentou ao projeto de lei da Câmara que regulamenta a aplicação cirúrgica de próteses de silicone. Já aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o substitutivo deverá ser novamente votado pelos deputados, se definitivamente aprovado pelos senadores.

Comissão de Educação analisa novas regras para estágio

Na primeira reunião que realizará após o recesso parlamentar, a Comissão de Educação deverá votar, em caráter terminativo, novas regras sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior, ensino médio, educação profissional e esco-



Ademir Andrade: estágio deve ser compatível com nível de formação do estudante

las de educação especial. Estará em pauta substitutivo do senador Gerson Camata (PMDB-ES) ao projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) segundo o qual o estágio somente poderá ser feito onde haja condições para que o estudante desempenhe funções práticas compatíveis com o nível de sua formação.

De acordo com o texto proposto por Camata, o estágio terá duração máxima de dois anos. As pessoas jurídicas de direito privado, os órgãos da administra-

ção pública, as instituições de ensino e os profissionais liberais devidamente inscritos no respectivo conselho profissional podem receber, como estagiários, estudantes regularmente matriculados e que estejam frequentando, comprovadamente, cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional vinculada ao nível médio ou superior ou, ainda, de escolas de educação especial.

Ainda segundo o substitutivo, a jornada de atividades em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá compatibilizar-se com o seu horário escolar e com o horário da parte em que venha a ocorrer a atividade, e poderá ser dispensada ou reduzida durante o período de provas e exames, devidamente comprovados.

Ainda segundo o substitutivo, a jornada de atividades em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá compatibilizar-se com o seu horário escolar e com o horário da parte em que venha a ocorrer a atividade, e poderá ser dispensada ou reduzida durante o período de provas e exames, devidamente comprovados.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CCJ examinará emendas sobre limite a arma de fogo

As emendas ao projeto apresentadas em Plenário podem ser apreciadas pela Comissão de Constituição e Justiça logo após a retomada dos trabalhos legislativos. A proposta proíbe o porte de armas ao cidadão comum

Comissão analisa criação de cadastro de celular pré-pago

O registro dos usuários de telefones celulares pré-pagos, uma das medidas de combate à criminalidade em estudo pelo governo federal, está previsto em projeto que aguarda parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator da proposta,



José Eduardo Dutra apresentará, na CCJ, parecer ao projeto

apresentada pelo então senador José Roberto Arruda, é o senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

De acordo com o projeto, as empresas operadoras de telefonia celular ficam obrigadas a manter cadastro de todos os usuários de celulares pré-pagos. A relação deverá conter o nome e o endereço de cada usuário, além dos números de sua carteira de identidade e de seu registro como contribuinte no Ministério da Fazenda.

A proposta também estabelece que as operadoras teriam 90 dias, a partir da sanção da lei, para convocar os usuários para se cadastrar. As multas previstas para o caso de não cumprimento da lei, aplicáveis pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), seriam de 1 mil a 10 mil Ufirs.

Ao apresentar o projeto, o en-

tao senador José Roberto Arruda lembrou que "a compra de telefones celulares do sistema pré-pago pode ser feita sem identificação do comprador". Essa circunstância, afirmou, "tem servido como capa protetora para seqüestradores e traficantes, dificultando a ação policial contra os criminosos".

O projeto já recebeu parecer favorável da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). No relatório que apresentou à comissão, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) lembra que a legislação atual regulamenta as condições em que um juiz pode autorizar a interceptação de comunicações telefônicas. Mas a autorização seria inócua no caso dos celulares pré-pagos, cujos usuários não podem ser identificados.

— A criação do cadastro referido no projeto implicará a possibilidade de um maior controle do uso desses serviços pela Anatel, viabilizando a identificação de seus usuários, o que contribuirá para que se obtenha maior eficácia na captura de criminosos — disse Cândido.

Logo após a retomada, na próxima semana, dos trabalhos legislativos, poderão ser apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) as emendas apresentadas em Plenário ao projeto de lei que limita o uso de armas de fogo no país. Assim que as emendas receberem parecer da comissão, a matéria estará pronta para a ordem do dia.

Sob a forma de substitutivo do senador Pedro Piva (PSDB-SP), a proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e foi enviada a Plenário.



Pedro Piva é autor do parecer aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Como foram apresentadas emendas, a matéria foi ao exame da CCJ. O crescimento em todo o país do debate em torno do tema da segurança pública, após a morte do

prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, poderá garantir prioridade à discussão da proposta.

O substitutivo de Piva acolhido pela CRE restringe o uso de armas de fogo, proibindo o porte para o cidadão comum, permitindo no entanto a sua posse na residência. Durante a discussão, o presidente da comissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), acolheu a retirada do caráter terminativo do projeto, o que obrigou o seu envio ao Plenário do Senado, por entender que a matéria era muito importante para que a decisão ficasse restrita ao âmbito da CRE.

Jefferson Péres teme que restrição seja inócua

Ao avaliar as ações futuras de combate à violência, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que é favorável ao substitutivo do senador Pedro Piva (PSDB-SP) que proíbe o porte de armas, mas receia que a medida seja inócua, pois, em sua opinião, "o bandido continuará conseguindo armas" no mercado clandestino.

— Eu apóio o projeto de Piva, mas sou contrário às outras propostas mais radicais que proíbem o porte, a posse, a fabricação e a comercialização total de armas no território nacional. Isso só iria gerar um incremento do mercado negro de armamento e penalizar o cidadão comum, que quer uma arma para se defender. Toda proibição drástica gera

clandestinidade — disse.

O senador é presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e coordenou, no ano passado, a tramitação das propostas sobre o tema naquele colegiado, quando foi aprovado o substitutivo de Pedro Piva ao projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Jefferson contou que foi sua a iniciativa de "desengavetar" a matéria, que enfrentava, segundo relatou, muita polêmica.

— Havia um impasse e eu tomei a decisão que forçasse a apreciação do projeto, pois a pior coisa que uma casa legislativa pode fazer é não votar uma matéria. Seja qual for a decisão, é melhor do que nenhuma — afirmou o senador.



Para Jefferson Péres, restrição total ao uso de armas pode "gerar a clandestinidade"

Jefferson acrescentou que concorda com as críticas que o Legislativo tem recebido, por parte da mídia, de inoperância no combate à criminalidade. Para ele, "as críticas procedem, porque o pior que uma casa de leis pode fazer é não votar um projeto".

Jucá quer facilitar aquisição de equipamentos por municípios

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) é autor do projeto de lei que estende aos municípios a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para equipamentos adquiridos por órgãos de segurança pública.

A União, os estados e o Distrito Federal já usufruem do benefício fiscal. A isenção atinge a compra de armas e munições, aparelhos de radiotelegrafia e veículos para patrulhamento policial. O projeto está tramitando em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Jucá lembra que a União e estados já usufruem da isenção do IPI

Jucá aponta para a necessidade de as guardas municipais estarem dotadas de aparelhamento moderno e eficiente, de modo a suprir as deficiências dos estados.

— Os orçamentos municipais, na maioria dos casos, são muito reduzidos, fator determinante que dificulta a aquisição de equipamentos. A questão deve ser analisada, também, do ponto de vista da justiça, pois não se pode excluir os municípios do benefício da isenção de um imposto, pois são a menor esfera do âmbito federativo e enfrentam grandes dificuldades — justifica o senador.

Para Gilvam, medida terá efeito paliativo

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que medidas com a finalidade de proibir o porte de armas ou restringir a venda de bebidas alcoólicas nos bares, se adotadas, só surtirão efeito paliativo no combate à violência. Como ações eficazes para resolver o problema, o senador defende a reestruturação de todo o sistema de segurança, começando pela unificação das polícias civil e militar.

— Essas providências devem ser tomadas pelo Legislativo, principalmente por meio de uma legislação que estabeleça a unificação das polícias. Esse é o caminho. As polícias precisam não apenas de mais recursos financeiros,



Gilvam considera que unificação das polícias civil e militar será eficaz contra a violência

mas também de uma nova doutrina, já que elas não contam com uma política que possa guiá-las com o objetivo comum de combater a criminalidade — avaliou Gilvam.

Para o senador, a ausência de diretrizes é a principal causa para o corporativismo e a corrupção existentes nas polícias. Ele apontou ainda o desaparecimento, o despreparo dos agentes de segurança e o deficiente sistema penitenciário como fatores que contribuem para a deficiência da segurança pública no Brasil.

— Os aparelhos de segurança do Estado estão totalmente desprovidos de condições de combater a violência. Essa proposta ajudaria a melhorar a situação e deve contar com o apoio dos parlamentares, pois esse é um ano eleitoral e o combate à violência é um dos principais clamores da sociedade — argumentou Gilvam.

Argentina capitulou diante do FMI, diz Requião

Para presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, pacote anunciado pelo governo de Buenos Aires dá suporte ao sistema bancário. “População pagará pelo salvamento dos bancos, como aconteceu no Brasil”, acrescenta

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, afirmou ontem que a “Argentina capitulou ao FMI”, pois adotou o câmbio livre, como vinham propondo os técnicos do Fundo Monetário Internacional e autoridades do governo dos Estados Unidos.

— Não sei se este é ou não o caminho para solucionar a crise argentina, mas o pacote anunciado no domingo pelo governo dá suporte ao sistema bancário. No final, a população pagará pelo salvamento dos bancos, como aconteceu no Brasil — acrescentou.

Além da liberação do câmbio, o

governo argentino determina que sejam “pesificadas”, a partir de amanhã, todas as dívidas junto aos bancos e os depósitos bancários. As dívidas serão transformadas em peso à razão de 1 dólar por 1 peso. Já os depósitos em dólares serão convertidos pela taxa de 1,40 peso. No câmbio livre, porém, o dólar já vinha sendo negociado a 1,80 peso, tendo atingido picos de mais de 2 pesos em janeiro.

Para Requião, à primeira vista o pacote econômico argentino adota “a velha fórmula” de cortar gastos e investimentos, ao mesmo tempo em que estimula as exportações. “Cortar gastos públi-



Roberto Requião: pacote argentino adota “velha fórmula” de cortar gastos e investimentos

cos não cria empregos e eles esperam compensar a retração dos investimentos pela reativação das exportações”, avaliou.

Fogaça: medidas são insuficientes para conter a insatisfação popular

O senador José Fogaça (PPS-RS) avalia que o novo pacote econômico argentino, embora tecnicamente acertado, não será capaz de conter a insatisfação popular no país. Ele lamenta que pequenas empresas, profissionais liberais e trabalhadores temporários, que vêm sofrendo muito com a crise, não tenham sido contemplados pelas últimas medidas.

O senador acredita que a equipe econômica precisa ter muita habilidade para dosar corretamente a liberação dos depósitos bancários sem que haja a falência das instituições do sistema financeiro. Esse, segundo Fogaça, é o pior cenário possível, pois, com a quebra dos bancos, seria instalado o caos no país.

As medidas, na opinião do senador, também não vão impedir grande desvalorização do peso e aumento da inflação. A emissão de certificados para a compra de imóveis e de bens duráveis, como automóveis, e o aquecimento das exportações, esperado com a desvalorização da moeda — disse Fogaça —, poderão, no máximo, evitar uma maior evasão de divisas, mas não conseguirão reverter a tendência de crescimento negativo da economia.

Fogaça lamentou que, diferentemente do que aconteceu no Brasil, as empresas argentinas não tenham aproveitado o período de paridade no câmbio para se modernizar por meio de investimentos em tecnologia e em aumento da produtividade. Assim, prosseguiu, a Argentina depende fortemente do setor agropecuário exportador, com produtos como a carne bovina, trigo e frutas, que terão que dar maior sustentação à economia nos próximos anos. “Mas isso vai depender do nível de competitividade dos produtores argentinos e dos preços praticados no mercado internacional”, afirmou o senador.



Falência dos bancos instalaria o caos na Argentina, alerta Fogaça

Alcântara acredita na eficácia e cobra apoio de organismos internacionais

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) acredita que o último pacote econômico argentino terá eficácia para tirar o país da crise vivida atualmente. As medidas adotadas, no ponto de vista do senador, são consistentes e vão contribuir para melhorar o clima político e o nível de tolerância da sociedade para com as mudanças introduzidas pela nova política de câmbio flexível.

Para Lúcio Alcântara, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o pacote argentino deve obter boa repercussão internacional, de modo a facilitar a concessão da ajuda financeira dos organismos multilaterais, principalmente do Fundo Monetário Internacional (FMI), que pode abrir uma linha de crédito entre US\$ 10 bilhões e US\$ 15 bilhões para o governo argentino.

O senador pelo Ceará acredita que o estabelecimento da política de câmbio fluante pelo governo argentino foi uma decisão acertada, após a constatação da inviabilidade do câmbio fixo (*currency board*), “que levou o país à ruína”.

Alcântara entende que não haverá outro caminho para os organismos multilaterais a não ser apoiar o novo plano argentino, até porque a Argentina seguiu todas as recomendações do FMI, favorável plenamente ao livre mercado e à globalização. Agora, diante da crise, o senador entende que esses organismos têm o compromisso moral de ajudar no socorro à Argentina. Eles devem ainda levar em conta que a bancarrota da Argentina seria algo que causaria sérios danos a todo o comércio internacional, avaliou o senador.

Sobre a possibilidade de “contágio da situação argentina”, Lúcio Alcântara disse que até agora o Brasil tem conseguido pleno êxito em mostrar à comunidade internacional que a situação do Brasil difere em muito da situação do país vizinho e parceiro do Mercosul.



Alcântara: FMI tem obrigação moral de ajudar a Argentina

Gerson Camata não vê risco de contágio da economia brasileira

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse não acreditar no contágio argentino — possibilidade de graves repercussões econômicas no Brasil, provocadas pela crise do país vizinho, a exemplo do que aconteceu em outras crises, como a da Rússia.

Para ele, na crise russa, a economia brasileira foi mais atingida porque encontrava-se desarrumada, principalmente no que se refere às contas públicas, fato que não ocorre hoje.

O quadro argentino, conforme o senador, “é complicadíssimo”, e embora não haja exatamente perigo de contágio, haverá perdas para o Brasil, principalmente para os empresários brasileiros que negociam com a Argentina. Em compensação, com a nova política cambial, os argentinos terão mais facilidades concorrenciais para vender no Brasil os seus produtos,



Camata prevê rombo de US\$ 20 bi com a conversão das dívidas

aliviando sua situação.

Camata acha difícil que os argentinos consigam arrancar os US\$ 15 bilhões de que necessitam do Fundo Monetário Internacional (FMI) com esse último pacote econômico. Para Camata, o governo argentino cometeu um erro básico na sua estratégia, ao

abrir, em primeiro lugar, para os saques nos bancos e, em segundo lugar, acorrendo em socorro às instituições financeiras.

Ao determinar a conversão das dívidas em pesos, ao câmbio de 1 dólar por 1 peso — enquanto no câmbio livre 1 dólar já vale 1,80 peso nos bancos estatais —, o governo argentino transfere grande parte dos débitos de qualquer devedor para o sistema bancário, e não diz quem vai pagar a conta, na avaliação do senador. As estimativas preliminares apontam para um rombo superior a US\$ 20 bilhões de dólares.

Jefferson prevê aumento da pobreza e do desemprego

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Jefferson Péres (PDT-AM), afirmou que ninguém pode prever o que irá acontecer na Argentina, caso a população reaja com mais protestos ao novo plano econômico. O parlamentar opinou, no entanto, que embora esses novos protestos possam desembocar em uma convulsão social no país vizinho, esta não deverá afetar o Brasil, que mantém bons fundamentos econômicos.

O presidente da CRE afirmou que os próximos dez dias serão cruciais para se avaliar a reação do povo argentino ao novo plano. Caso o governo de Eduardo Duhalde consiga manter a ordem durante esse período, observou o parlamentar, o país deverá voltar aos eixos, embora ele preveja dificuldades ainda maiores em um primeiro momento:

— A Argentina continuará a viver um período difícil, com aumento da pobreza e do desemprego. Além dis-

so, o novo plano beneficia os devedores, mas traz perdas para os credores — disse o senador.

Jefferson disse ser “indispensável uma ajuda substancial e rápida” do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do governo dos Estados Unidos para a solução do problema argentino. O país vizinho faz tardiamente o que já deveria ter sido realizado “há quatro ou cinco anos”, acrescentou.

Para o senador, o problema não se restringe à manutenção artificial da paridade cambial, que retirou a competitividade da indústria argentina; é necessário também que o país deixe de gastar mais do que arrecada:

— Somente agora eles vão tentar implantar o ajuste fiscal, que não ocorreu no âmbito federal nem nas províncias — afirmou Jefferson, informando que mantém-se atento aos acontecimentos para, se preciso, trazer a crise argentina para ser debatida pelos integrantes da comissão que preside.